

O SR. PAULO VIDAL - Obrigado, Waldeck; obrigado, Célia. Quero aqui, já em nome do Professor Jefferson também cumprimentar todos. Parabenizar aqui a apresentação e especialmente a iniciativa do Cluster Tecnológico Naval, e colocar, com base nisso, o IFF também à disposição, o IFF com seus mais de vinte mil alunos, o que traz um volume de capacitação de mão de obra, especialmente local em sua área de abrangência aqui no norte do Estado do Rio de Janeiro muito forte.

Durante a apresentação do Almirante Edesio, ficou muito claro o caráter sistêmico desse Cluster Tecnológico, que tem uma abrangência tanto no eixo tecnológico de construção quanto também no setor de serviços. E o IFF, dentro da sua área de abrangência de doze campi, em doze municípios diferentes, desde ali de Itaboraí, a Região Metropolitana, pelo norte do Rio de Janeiro - onde eu estou, em São João da Barra - nós temos cursos também nessa área de abrangência, tanto de logística, quanto de construção naval, de Petróleo e Gás, principalmente São João da Barra, que é próximo ao Porto do Açu, de Hotelaria e Gastronomia. Isso certamente traz identidade institucional que pode colaborar em muito para este Cluster Tecnológico, dentro da sua área de abrangência que aqui no norte do Estado do Rio de Janeiro.

Então quero cumprimentar a todos e colocar o IFF à disposição para colaborar.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Muito obrigada, Professor Paulo.

Então, para finalizar, vou passar para o Almirante Edesio, porque nós temos aí a pergunta do Edmilson. Os demais fizeram considerações. Houve teve uma pergunta no chat, que eu vou apresentar aqui na Mesa. Mas, certamente, o mais adequado para responder ao Henrique Melo - que é Conselheiro da Associação comercial do Rio de Janeiro - seria o Dr. Mauro, porque a preocupação do Henrique é em relação a qual a contribuição em números na expectativa de recolhimento de ICMS nos programas do setor para o Estado do Rio de Janeiro. E o Dr. Mauro Osório tem inclusive uma nota técnica bastante aprofundada sobre o tema. Ele, então, seria a pessoa mais adequada a fazer essa resposta.

Almirante Edesio, então, para concluir.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputada Célia.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Pois não, Deputado.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Eu queria, antes, passar para o Almirante Edesio. Agora, sim, fazer as minhas perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Com certeza! Então vamos lá, para poder finalizar o bloco das perguntas.

O SR. WALDECK CARNEIRO - São muito breves. Na verdade, eu queria ouvir tudo mundo antes. E, mais uma vez, ressaltar a qualidade, a clareza meridiana da exposição feita pelo Almirante Edesio. Ele já tinha feito uma apresentação para nós lá no Arsenal de Marinha. Hoje apresenta, num novo formato, muita informação, de maneira organizada. Então quero cumprimentar o Almirante Edesio, como a sua equipe, pela apresentação.

E o Mauro Osório levantou questões que são preocupações que nós compartilhamos, que eu não vou aqui repetir, sobre o Projeto BR do Mar, mas eu queria, ainda assim, ressaltar como o Almirante Edesio tem toda a razão de apontar para a descontinuidade na governança, boa parte dos problemas que nós enfrentamos no campo das políticas no Brasil. Algumas delas que de tão estratégicas e tão centrais deverão ser percebidas, digamos assim, como políticas de Estado, políticas de longo prazo, e não deveriam, portanto, tão suscetíveis às oscilações políticas, oscilações de governo, como tem acontecido e aconteceu inclusive com o setor naval. Quero concordar inteiramente com isso. Não é uma pergunta.

A pergunta é a seguinte: no início desta legislatura, numa audiência pública que eu promovi sobre a questão da indústria naval - e o Arsenal de Marinha esteve presente, a Emgepron esteve presente -, eu travei um duro debate com o então Secretário de Desenvolvimento do Estado, à época o Sr. Lucas Tristão, porque ele fez uma intervenção depreciando o potencial do Rio de Janeiro na área da construção naval. Eu divergi, de maneira muito frontal. Reconheço que há espaço importante na área de reparos, de comissionamento, mas assim, queria ouvir do Almirante Edesio isso: do ponto de vista da construção naval, para esse estado que já foi uma das maiores indústrias de construção naval do mundo, qual é exatamente o nosso potencial a médio prazo, para além dos reparos, para além dos comissionamentos, na construção propriamente dita de novas embarcações? Queria ouvir o Almirante Edesio sobre isso.

E queria também falar sobre o Porto de Niterói. Eu considero o debate importante, porque na apresentação o Almirante Edesio falou de quatro polos: o Polo da Baía de Sepetiba, o Polo da Baía de Guanabara, o Polo da Baía de Ilha Grande, que é um polo potencial, e também o polo relacionado ao Porto do Açu, que aliás é um porto que tem, talvez, a maior retroárea portuária do mundo, uma coisa impressionante.

Mas eu queria falar do Porto de Niterói, poque se a gente conseguir ultrapassar os obstáculos dali, sobretudo como lembrou o Mauro Osório, em relação à dragagem do Canal de São Lourenço - é o nome do canal -, a gente pode abrir alternativas importantes para aquele eixo do Leste Metropolitano, do Leste Fluminense, que tem uma atuação que já foi muito importante na área de offshore, tem municípios como São Gonçalo, inclusive.

O Almirante Edesio mencionou alguma coisa sobre alguma questão no Ministério Público, e para mim não ficou claro se é alguma coisa ainda relacionada ao Ministério Público. Se houver, seria bom a Assembleia saber, porque a gente pode também fazer gestões, fazer interlocuções com o Ministério Público, caso haja alguma pendência que precise de elucidação. A Assembleia pode, Deputada Célia, ser um interlocutor importante com o MP nesse sentido.

Então queria só ouvir do Almirante Edesio esse aspecto.

O Mauro Osório lembrou muito bem um instrumento novo, instituído na legislação do Rio de Janeiro por emenda constitucional, que é o Fundo Soberano. O Deputado André Ceciliano propôs essa emenda ao Parlamento Fluminense, ela foi aprovada. E no transcurso dos debates sobre o Fundo Soberano, que é um fundo não apenas na poupança, mas um fundo indutor de desenvolvimento, eu fiz uma emenda que foi aprovada, Mauro Osório - não sei se você se lembra - para garantir a área de Ciência e Tecnologia como um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento, ou seja, abrindo a possibilidade que o Fundo Soberano pudesse também apoiar, induzir investimentos na área de Ciência e Tecnologia como eixo central do nosso desenvolvimento.

Então isso é uma lembrança que eu queria fazer, porque nós estamos debatendo aqui o Cluster Tecnológico. E uma proposta que eu queria deixar, Almirante Edesio, nós conversamos rapidamente sobre isso, o Almirante Edesio também, quando estivemos no Arsenal de Marinha: acho que valerá a pena a gente pensar - o desenho tem que ser detalhado, claro, com mais vagar -, mas, assim, tanto em relação ao Colégio Estadual Henrique Lage, está presente aqui o coordenador do Curso Técnico da Área Naval, o Professor Sérgio Assis, e tanto em relação a Uezo, com seus cursos de formação de técnicos na área naval - a Uezo é uma universidade em processo de consolidação. Nós estamos lutando para que o campus da Uezo afinal de contas aconteça - se não seria oportuno a gente pensar, Almirante, em algum convênio de cooperação técnica, envolvendo o Colégio Estadual Henrique Lage, a Uezo e a Escola Técnica do Arsenal de Marinha. Acho que seria muito importante pensar nesse sentido, acho que seria uma interface institucional.

E eu lembro até que um dos três vetores que o Almirante apresentou, é o vetor do relacionamento institucional, eu queria lembrar da possibilidade de nós estimularmos uma cooperação entre essas duas instituições estaduais - a Uezo e o Colégio Estadual Henrique Lage - com a Escola Técnica do Arsenal de Marinha.

Era isso. Obrigado. E parabéns mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada, Deputado Waldeck Carneiro. Como sempre, as suas intervenções contribuem muito.

Só para complementar, eu compreendi, quando o Almirante Edesio fez as suas apresentações, a preocupação de alguns professores que nos antecederam aqui na sala - e aí, o Deputado Waldeck Carneiro também observou - como é que a economia do mar vai

adensar esse segmento da indústria naval. E o senhor fez esse destaque muito bem na sua apresentação, Almirante, quando o senhor destacou a construção e a reparação naval e elencou alguns itens, para que, de imediato, essa economia já fosse alavancada, que seriam o conteúdo local, o descomissionamento e o desmantelamento - e aí teria que ver a legislação específica - a exploração e exportação offshore, serviços marítimos, dentre outros. Então, eu acho que esses que o senhor elencou são os que mais de imediato dariam uns efeitos esperados nessa questão que a gente vem buscando na geração e trabalho e renda.

E essa proposta do Waldeck Carneiro é bem oportuna na questão da união entre a Uezo, o Henrique Lage e a proposta do Cluster.

Então com a palavra, Almirante.

O SR. WALDECK CARNEIRO - O próprio Cefet também pode entrar nisso.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Sem dúvida.

O SR. EDESIO TEIXEIRA LIMA JÚNIOR - Muito obrigado., Deputada.

Eu começo com os questionamentos, as posições do Deputado Waldeck com relação ao Colégio Henrique Lage.

Com a Uezo, sobre o que foi informado aqui, nós já temos um acordo de cooperação com o Arsenal. O Arsenal e a Uezo já existem.

Eu vou levar o assunto do Colégio Estadual Henrique Lage ao diretor geral de material, que é também o presidente do Conselho de Administração da Emgepron. Eu vou explicar, levar isso para ele e pedir autorização para que o Arsenal - o Arsenal é nosso parceiro, nós temos vários negócios com o Arsenal, trabalhamos em conjunto - e promover uma conversa com o Colégio Estadual Henrique Lage. Isso é o dia a dia do Arsenal. Da mesma forma como feito com a Uezo, poderá haver com o Colégio Henrique Lage.

Com relação ao que citei do Canal São Lourenço, em Niterói, é porque nós ainda não temos a liberação do Patrimônio da União, a liberação daqueles cascos.

Então já temos o projeto pronto, já temos o licenciamento ambiental, e o 1º Distrito, que recebeu esse acervo, ele não pode destinar por um problema localizado no Patrimônio Público. Então, é um assunto que nós podemos, com coordenação, conversar com o Ministério Público, para liberar.

E a primeira pergunta, que é a mais relevante e abre a oportunidade de eu colocar um outro problema: eu discordo totalmente do Sr. Lucas Tristão. O Rio de Janeiro, eu não preciso nem dar muito exemplo. O local, que nasceu a construção naval no Brasil; o local que tem excelentes escolas de Engenharia Naval; o local onde a Marinha criou a sua base e vem construindo navio desde que o rei de Portugal se transferiu para o Brasil. Então o Rio de Janeiro tem total capacidade de projetar e gerenciar. Logicamente nós temos que atualizar algumas técnicas; o gerenciamento principalmente.

Eu queria pegar esse gancho para dizer um outro importante programa que a Emgepron, sob encomenda da Marinha, está estruturando, que é uma reorientação do Arsenal, de um modelo de negócio, para que o Arsenal volte a construir os navios de guerra. Nós acabamos de projetar, a Emgepron, junto com o Centro de Projeto de Navios da Marinha, que trabalha com outros centros de projetos, acabamos de ter um projeto homologado, certificado internacionalmente, de um navio patrulha de quinhentas toneladas.

É um navio que no Brasil tem uma demanda enorme, para proteger a nossa Amazônia Azul, conforme apareceu no filme. É um navio de trinta e cinco milhões de dólares. É um navio que pode ser totalmente construído aqui. A construção por blocos/partes pode ser encomendada a outros estaleiros. E o projeto foi feito aqui.

O desafio a vencer é como integrar, não o projeto, num ambiente de construção, a Engenharia, que temos capacidade total de fazer, a organização ótima de um estaleiro, o gerenciamento e a integração da cadeia de suprimento, buscando nisso uma solução mais barata e maior produtividade.

E nós vamos voltar! Isso foi determinação dos comandantes da Marinha - o Almirante Ilques - e nós já estamos preparando. O Arsenal voltou a construir navio patrulha. E nós estamos entregando um agora, que é o Maracanã. Vamos iniciar o Mangaratiba, que isso veio de um estava no (não compreendido) e foram passados para a Marinha. O próximo passo é esse navio patrulha, que a Marinha precisa de muitos, e tem colocação no mercado. E, junto a essas iniciativas, estamos criando um novo modelo de negócio para o Arsenal, trazendo parceiro e buscando mão de obra.

E com relação a postos de trabalho, a Emgepron, no domingo que vem fará um concurso no Rio de Janeiro - nós temos aqui no Rio de Janeiro cerca de onze mil e quatrocentas pessoas inscritas, para trabalhar -, nós vamos contratar um determinado número, acho que inicialmente cerca de quarenta, e teremos um cadastro de reserva, que fica ativo por dois anos. Isso é a nossa aposta na retomada da construção naval. Então, eu vejo com muita esperança. É realmente aquele fim: o Rio é um mar de oportunidades. E não pode ter lugar para pessimismo. O que tem que ter é união, trabalho, vontade de ir em frente e articulação.

Então, acho que com isso respondi ao Deputado.

E a outra pergunta do Prof. Heitor Mendes: alinhamento total com a sustentabilidade. Nós não podemos pensar em explorar o potencial de turismo do Rio de Janeiro se nós não tivermos um ambiente, como diz o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13, da ONU, sobre o Marco... O 14, aliás, sobre o Marco. É desenvolvimento sustentável. Então, o Cluster será um ambiente de justamente criar essas discussões, apresentar propostas e reestruturar e atuar sobre essa estrutura de Governança, cobrando, apresentando propostas técnicas. Isso é o que nós estamos pretendendo fazer, como ocorre no mundo inteiro.

Os clusters se desenvolvem. Os empresários querem ganhar dinheiro? Claro. Estão empreendendo, vão colocar recursos, há risco. Tem que ganhar dinheiro, mas sociedade tem que receber o retorno, senão esse jogo não fecha. Então, essa é a principal visão do cluster.

Se a senhora permitir, eu acho que o Almirante Ilques gostaria de fazer uma colocação também.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Pois não, Almirante, Ilques.

O SR. ALMIRANTE ILQUES - Com relação a essa participação na construção naval, realmente exige uma capacitação que, infelizmente, nós perdemos. Estamos retomando. Eu concordo com o Almirante Edesio, que o Rio de Janeiro sem dúvida de nenhuma tem todas as capacidades para ocupar esses espaços. O importante, no planejamento estratégico do cluster, existem lá os fatores de fraqueza, aqueles pontos que nós consideramos que devem ser equacionados. De uma vez por todas, nós temos que enfrentar como sociedade esses fatores de fraqueza que passam em todos, por escola, capacitação e Ciência e Tecnologia. Se tem esse binômio, é muito difícil competir com asiáticos, europeus, quaisquer que sejam.

O Prof. Fábio, da Federal Fluminense, mencionou simuladores. Se nós à época tivéssemos optado por simuladores estrangeiros, primeiro que o preço é estratosféricamente mais caro. Segundo, que se liga, se estabelece, um canal logístico de manutenção de uma espécie de uma ventosa. E fica drenando recursos e propiciando melhorias nesses sistemas de simulação paulatinamente, mas com recursos nossos. O que nós fizemos à época? Nós investimos em jovens, tanto da Federal Fluminense como da USP; e hoje nós estamos com um parque de simulação bastante significativo a um preço que é extremamente competitivo. O que precisamos - é isso que nós estamos propondo, com apoio do tripló helice - é a coordenação de gerenciamento de tudo isso. Agora, enfrentamento desses fatores de fraqueza, a legislação, a capacitação realmente bastante profissional.

Na área da pesca, por exemplo, nós, além de transferirmos a pesca para outros Estados, nós passamos também a importar pescado. Ou seja, nós estamos totalmente transferindo bem-estar social para outros países, com toda essa nossa riqueza. Então, o fator de urgência que eu destaco, por isso eu fiz essa intervenção, nós realmente, nós não temos muito mais tempo para tomarmos rédea do nosso destino. Ou nós enfrentamos de maneira bastante decisiva, ou o Brasil estará definitivamente condenado a ser aquele País eterno do futuro. Não há uma alternativa.

A dinâmica da tecnologia, a dinâmica do conhecimento e a dinâmica dos negócios impõem o Cluster, impõem intervenções horizontais e verticais numa matriz estratégica. Por isso que eu parabeno mais uma vez os integrantes do Cluster e parabeno muito a senhora e o Deputado Waldeck por essa iniciativa, mais uma, de divulgação do Cluster.

Com isso, eu peço licença. Os senhores observam que eu ainda estou de máscara, porque eu estou num ambiente aqui que precisa de uso de máscara e eu estou precisando me retirar. E eu então, mando meu abraço a todos, e peço licença, Deputada, para me retirar.

Um abraço a todos aí e uma boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Boa tarde, Almirante Ilques. Agora nós vamos caminhar para o encerramento da nossa audiência, mas antes disso gostaria mais uma vez de parabenizar o Almirante Edesio, agradecer imensamente a sua participação e a brilhante apresentação nesse novo formato do Cluster Tecnológico Naval. Aos Almirantes Brasil, Viveiros, da Silva e ao Comandante, que também auxiliaram na apresentação.

Almirante Edesio?

O SR. EDESIO TEIXEIRA LIMA JÚNIOR - Pois não, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Já estamos aqui finalizando, e eu estava elogiando a sua apresentação. Solicito, então, as suas considerações finais para que nós possamos fazer o encerramento.

O SR. EDESIO TEIXEIRA LIMA JÚNIOR - Eu, primeiramente, agradeço bastante a oportunidade, mas quem deve agradecer é o povo do Rio de Janeiro por ver a sua Assembleia, os seus representantes, brigando e discutindo para trazer condições melhores para o nosso Estado.

O que eu posso colocar é que a Engeprom é uma empresa estratégica de defesa, tem uma função na defesa do País, mas é uma empresa com organização privada. E tem uma responsabilidade social. Então, o que nós estamos fazendo - e essa é a iniciativa do Cluster -, com orientação da Marinha, é atender a essa responsabilidade social. Estaremos sempre à disposição dos representantes do povo do nosso Estado e do povo do nosso País.

Muito obrigado mais uma vez e, se a senhora me permite, parabenizar a senhora e o Deputado Waldeck.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Muito obrigada, Almirante Edesio. Também aí faço o registro dos nossos abraços ao Almirante Ilques, que acabou de falar; Almirante Brasil, Almirante Viveiros, Almirante da Silva, ao Comandante da Emgepron.

Deputado Waldeck, gostaria de fazer suas considerações finais?

O SR. WALDECK CARNEIRO - Não. Apenas agradecer, em trinta segundos agradecer mais uma vez ao nosso expositor, Almirante Edesio Lima Júnior; agradecer à representativa presença da comunidade científica do Rio de Janeiro, através de vários quadros qualificados, representando as suas instituições. Agradecer à assessoria fiscal da Alerj, enfim. E desejar que esse tenha sido mais um passo para o fortalecimento do Cluster Tecnológico Naval, que abre sem dúvida importantes perspectivas para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

Parabéns a todos nós. Obrigado, Almirante Edesio.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada, Deputado Waldeck.

Mais uma vez registro nossos agradecimentos aos reitores, diretores, já citados pelo Deputado Waldeck, das universidades e dos institutos. Agradeço à TV Alerj, a toda a assessoria presente. Agradeço também aos representantes da Associação Marítima, dos marítimos de Angra dos Reis, na pessoa do Fernando Figueiredo, o sr. Rogerinho e, também, Chapinha, que acompanharam a apresentação. A todos o nosso muito obrigada.

Com toda a certeza, a comunidade científica do Estado do Rio de Janeiro, que já contribui, vai contribuir ainda mais para que toda essa apresentação e o trabalho realizado pela Marinha, pela Engeprom, se torne realidade.

Muito obrigada, Deputado Waldeck, obrigada a todos. Agradeço, mais uma vez, a presença de todos. Uma boa tarde.

E nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa audiência pública.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A QUEDA NA ARRECADAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTE ÀS RECEITAS COMPENSATÓRIAS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS.

(RESOLUÇÃO Nº 372/2021)

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas do dia treze de setembro de dois mil e vinte e um, via Plataforma Zoom, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pela Resolução nº 372/2021, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Paulo e contando com a presença do Senhor Deputado Márcio Pacheco - Relator, membro efetivo e dos Senhores Deputados Carlos Macedo e Dionísio Lins, membros suplentes, convocados conforme edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, no dia nove de setembro passado, com a seguinte pauta: 1 - Deliberação no âmbito interno da CPI sobre a prorrogação de prazo, por mais trinta dias, para conclusão do relatório final. 2 - Continuação da Discussão iniciada na sessão de trinta de agosto passado, sobre processos judiciais e administrativos inscritos, ou não, em dívida ativa. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente apresentou a justificativa da ausência do Senhor Deputado Waldeck Carneiro e, a seguir, comentou que faria uma descrição da linha de tempo do funcionamento da CPI com suas datas principais, explicando os motivos pelos quais estava solicitando a prorrogação do prazo por mais trinta dias. Citou que foram encaminhados, recentemente, mais de vinte ofícios requerendo informações e documentos, que necessitarão de mais tempo para uma análise criteriosa, pois fundamentarão o Relatório Final. Após, submeteu a proposta aos demais membros presentes, que votaram favoravelmente à prorrogação por mais trinta dias, mencionando que os Deputados membros da CPI que não se encontravam presentes, poderiam votar no grupo do WhatsApp, até às doze horas. Prosseguindo, citou o Plano de Trabalho, destacando que ele foi seguido, rigorosamente, na busca pelos seus quatro grandes objetivos e que esta foi uma CPI inédita pois teve todas as suas reuniões realizadas de forma remota, o que exige que a maioria das respostas seja dada por e-mail. Em seguida, mencionou que, como essa poderia ser uma das últimas reuniões da Comissão, gostaria de deixar um agradecimento especial a todos, citando a participação efetiva e habitual dos representantes da PGE, Ministério Público Federal e Estadual, TCE, PETROBRAS, ANP, SEFAZ, SHELL, REPSOL, EQUINOR, TOTAL, OMPETRO e SINFRERJ, do Procurador da ALERJ Dr. Rodrigo Lopes Lourenço e dos membros da Assessoria Fiscal da ALERJ, Dr. Mauro Osório e Dra. Magda Chambriard, dos Senhores Deputados membros e suas assessorias. Logo após, abriu os debates, mencionando a tese do prazo decadencial previsto no art. 47, incisos I e II da Lei 9636/98, modificado pela Lei 10852/2004 e passou a palavra ao Senhor Paulo Enrique Mainier para que comentasse a tese citada e, em seguida, concedeu a palavra ao Senhor Thiago Neves da ANP, à Promotora Karine Susan Gomes da Cuesta, ao Procurador Federal Dr. Luiz Claudio Leivas, ao Senhor Cristiano Gadelha Vidal Campelo da PETROBRAS e ao Senhor Carlos Eduardo Fortunato da Secretaria de Estado de Fazenda, para que expusessem seus comentários sobre o tema. Prosseguindo, reportando-se à Operação Lava-Jato como exemplo, mencionou suas conclusões sobre o assunto. Dando sequência, propôs a realização de um encontro entre PGE e SEFAZ para a elaboração de um Atto Normativo Interno com a ANP sobre conhecimento do fato, podendo a PETROBRAS participar, caso seja do interesse da empresa. Para tal, solicitou a manifestação dos representantes da PGE, ANP, SEFAZ e PETROBRAS, que se declararam favoráveis, tendo o Senhor Cristiano Gadelha sugerido a participação, também, do IBP, já que o Órgão representa todas as concessionárias. Por sugestão do Senhor Presidente, ficou o encontro agendado, para ser realizado de forma presencial, nas dependências da PGE, no dia vinte de setembro, às dez horas e que ele participaria da reunião como